

PRODUÇÃO CIENTÍFICA PORTUGUESA EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS: PUBLICAÇÕES EM REVISTAS  
NACIONAIS E ESTRANGEIRAS 1989-2001

OCT – Observatório das Ciências e das Tecnologias

Edição 2002

# ÍNDICE

## INTRODUÇÃO

### 1. Enquadramento e objectivos

Quadro 1 - Produção científica por grandes áreas, em Portugal e em países da OCDE, em 1989-1998 (dados do ISI)

Quadro 2 - Comparação internacional da produção científica em 1989-1998 (valores em %)

### 2. Produção nacional referenciada internacionalmente

Quadro 3 - Número de artigos\* referenciados internacionalmente em 1989-2001, por domínio

Quadro 4 - Número de artigos referenciados internacionalmente em 1989-2001, por ano

### 3. Produção publicada em revistas nacionais

Quadro 5 - Distribuição das revistas portuguesas por domínio das CSH

### 4. Organização e modo de apresentação do inventário

Quadro 6 - Distribuição por domínio dos artigos publicados em revistas nacionais em 1989-2001\*

Quadro 7 - Distribuição por ano dos artigos publicados em revistas nacionais

### 5. Esclarecimento

## INTRODUÇÃO

O inventário relativo ao período 1989-1998 foi realizada para o Observatório das Ciências e das Tecnologias pelo CISEP, Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, sob a coordenação geral de José Luís Cardoso, com a colaboração institucional da Biblioteca Nacional e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Esta actualização, agora realizada pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias (OCT) **e mantendo-se a colaboração institucional da Biblioteca Nacional**, seguiu as mesmas linhas de orientação da anterior inventariação. No entanto, surgiram pequenas alterações no universo das revistas inventariadas (devido à interrupção de alguns títulos e ao aparecimento de outros novos) e no sistema de classificação (de forma a uniformizar as classificações utilizadas pelo OCT). O abandono do suporte CD-ROM possibilitou uma melhor organização da informação assim como uma maior flexibilidade nas pesquisas.

A presente introdução retoma o que foi escrito em 2000, tendo sido revistos os dados estatísticos relativos à produção científica portuguesa e as correspondentes interpretações. Excluíram-se as menções de responsabilidade e os agradecimentos correspondentes à primeira fase do inventário, adaptando este texto à fase de actualização.

### 1. Enquadramento e objectivos

A projecção e a valorização de uma comunidade científica dependem, essencialmente, da capacidade de envolvimento e mobilização de recursos humanos e técnicos em acções de investigação que consubstanciem avanços do conhecimento. Todavia, um aspecto não negligenciável dessa projecção e valorização consiste no modo como os resultados tangíveis de tais acções de investigação são tornados visíveis e partilhados pelo público.

A divulgação regular de indicadores de produção científica e de listagens organizadas de publicações tornou-se um hábito que os cientistas das diversas áreas não dispensam, cientes da importância de ver o perfil de cada uma dessas áreas retratado através do registo empírico de resultados de investigação. Entre as formas universalmente aceites como sinais reveladores da capacidade de produção de uma comunidade científica, conta-se, por um lado, o número de artigos ou trabalhos publicados em revistas internacionais e, por outro lado, a medição do respectivo impacto através da contabilização das citações de que foram objecto.

A produção destes indicadores bibliométricos a nível mundial é feita *pelo Institut for Scientific Information (ISI)*. E é com base na informação obtida junto desta entidade sediada nos Estados Unidos da América que têm vindo a ser publicados pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias (OCT) os levantamentos de informação sobre artigos e citações de artigos de autores afiliados em instituições portuguesas publicados em revistas internacionais, assim como em algumas (escassas) revistas nacionais contempladas nos inventários do ISI.

Os relatórios já publicados pelo OCT abrangem os domínios das ciências exactas e naturais para os anos de 1995 a 1998, e das ciências da vida para os anos de 1996 a 1998. As ciências sociais e humanas não têm sido sujeitas ao mesmo tratamento em virtude de se considerar que a escassez de artigos publicados internacionalmente poderia proporcionar uma imagem distorcida e inferiorizada sobre a efectiva importância do trabalho de investigação desenvolvido nestes domínios em Portugal nos últimos anos.

O **quadro 1** permite constatar essa sub-representação das ciências sociais e humanas, quando consideradas em valores absolutos (coluna 1), atingindo apenas 3,8% da produção científica nacional no decénio em análise (1989 a 1998).

Ao procurarmos avaliar o peso relativo de cada área tendo em atenção a respectiva distribuição num conjunto significativo de países da OCDE no mesmo período (coluna 2), também constatamos que a produção em ciências sociais e humanas é a que apresenta valores mais baixos (9,6% do total). No entanto, a reduzida produção científica nesta área é mais notória no caso português, conforme se confirma pela maior divergência negativa em relação aos padrões mundiais (coluna 3).

**Quadro 1 - Produção científica por grandes áreas, em Portugal e em países da OCDE, em 1989-1998 (dados do ISI)**

Área Científica	(1) Produção Nacional		(2) Produção na OCDE*		(3) Coeficiente de divergência**
	Total	%	Total	%	
Física, Química e Ciências da Terra	5706	35,0	1389781	22,3	+0,6
Ciências da Vida	3687	22,6	1951033	31,4	-0,3
Ciências Clínicas	1269	7,8	981713	15,8	-0,5
Agricultura, Biologia e Ciências Ambiente	2313	14,2	616665	9,9	+0,4
Engenharia, Computação e Tecnologia	2700	16,6	682248	11,0	+0,5
Ciências Sociais e Humanas	628	3,8	599513	9,6	-0,6
Total	16303	100,0	6220953	100,0	

**Fonte:** Current Contents (ISI), dados de 24 de Março de 2000. Os registos incluídos em mais do que uma área científica foram considerados tantas vezes quantas o número de áreas a que pertencem.

\* Países considerados: EU, Canadá, Estados Unidos da América e Japão.

\*\* Coeficiente de divergência = [%(1)/%(2)] - 1

O **quadro 2** possibilita uma abordagem comparativa da situação portuguesa face aos grandes núcleos de produção científica internacional.

**Quadro 2 - Comparação internacional da produção científica em 1989-1998 (valores em %)**

Área científica	Portugal	União Europeia	EUA + Canadá	Japão
Física, Química e Ciências da Terra	35,0	25,0	18,5	30,8
Ciências da Vida	22,6	31,1	31,1	33,6
Ciências Clínicas	7,78	17,4	15,3	11,5
Agricultura, Biologia e Ciências Ambiente	14,1	9,9	10,3	8,2
Engenharia, Computação e Tecnologia	16,6	10,1	10,9	14,7
Ciências Sociais e Humanas	3,8	6,5	13,9	1,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

**Fonte:** *Current Contents* (ISI)

Destes valores importa reter que o reduzido peso da produção portuguesa em ciências sociais e humanas é sobretudo visível quando comparado com o valor obtido para os EUA e Canadá. A diferença que também aqui se verifica nos países da União Europeia (muito em especial nos países da Europa do Sul), e mais acentuadamente ainda no Japão, ilustra bem a importância que na área das ciências sociais e humanas reveste o enviesamento linguístico inerente aos produtos editados pelo ISI, com fortíssima presença de revistas anglo-saxónicas.

Este tem sido um dos principais argumentos evocados em Portugal pela comunidade de cientistas nas áreas das ciências sociais e humanas (CSH) como justificação da dificuldade de aceitar como inteiramente válida e pertinente a medição da sua actividade através dos índices construídos pelo ISI. Para a justificação dessa atitude maioritariamente resistente e renitente - da qual se deverão exceptuar os casos da economia e gestão e da psicologia - concorrem ainda dois outros tipos essenciais de argumentos. Em primeiro lugar, a preferência manifestada por formatos editoriais distintos das publicações periódicas ou em série, designadamente livros e actas de conferências. Em segundo lugar, a convicção enraizada de que é a própria natureza do objecto de estudo construído pelas CSH que limita e circunscreve a dimensão externa do respectivo impacto. Ou seja, a simples circunstância de se tratarem matérias de carácter local, de âmbito delimitado por factores espaço-temporais específicos, justifica o reduzido interesse e o pouco empenho na sua difusão à escala internacional.

Sem se pretender impugnar a validade dos argumentos aduzidos, procurámos fornecer e contrapor elementos de informação adicionais que, aos olhos dos cientistas sociais, pudessem ser susceptíveis de reproduzir com maior fidelidade a imagem que de si próprios preferem conservar. Por um lado, para responder ao problema do enviesamento dos indicadores do ISI, incluímos informação adicional disponibilizada por outras bases de dados internacionais, infelizmente muito menos completas que as produzidas pelo ISI. Por outro, e para se compreender a efectiva dimensão da produção nacional, procedemos a um inventário dos artigos publicados em revistas portuguesas de CSH.

## 2. Produção nacional referenciada internacionalmente

A informação agregada sob esta designação corresponde ao conjunto de artigos produzidos por autores com vínculo a instituições portuguesas, publicados em revistas nacionais ou estrangeiras, e referenciados em bases de dados internacionais. Corresponde a dois núcleos fundamentais de informação, cujas fontes são caracterizadas separadamente:

a) bases de dados construídas pelo ISI para as áreas das CSH, ou seja, o *Social Science Citation Index* (SSCI) e o *Arts and Humanities Citation Index* (AHCI). A informação compilada pelo ISI permite uma identificação completa dos autores (e respectivas afiliações) associados a cada trabalho que é objecto de uma citação. Daí o reconhecimento da sua relevância como registo centralizado de informação à escala internacional, que o torna a única fonte válida para comparações internacionais. Destas bases retivemos apenas as espécies bibliográficas com a designação de "artigo", uma vez que o objectivo do presente catálogo não é a medição de factores de impacto associados às citações obtidas pelas revistas científicas. Por conseguinte, foram excluídos materiais como resenhas de livros, cartas e editoriais, correcções e aditamentos, notícias, resumos de comunicações apresentadas em conferências e todo o tipo de contribuições não revestidas de interesse científico. Refira-se que, em média, a proporção de artigos no conjunto dos trabalhos contemplados nos SSCI e AHCI representa entre 75% e 80%;

b) outras bases de dados internacionais disponíveis para domínios específicos das CSH, designadamente: *Econlit* (Economia), *Psyclit* (Psicologia), *Sociofile* (Sociologia), *MLA International Bibliography* (Linguística e Literatura), *ERIC* (Ciências da Educação), *Historical Abstracts* (História), *International Index to Music Periodicals* (Musicologia), e *LISA* (Ciências Documentais). Além destas bases de dados específicas, e uma vez que não existem registos sistematizados de informação para cada um dos domínios científicos abrangidos nas CSH, procedeu-se ainda à pesquisa de autores portugueses em três bases de dados *genéricas* (*Wilson Art Abstracts*, *Wilson Humanities Abstracts* e *Wilson Social Sciences Abstracts*), com vista a completar tanto quanto possível a informação disponível. Dadas as diferenças existentes na estrutura e construção de cada uma destas bases, foi necessário adaptar a expressão de pesquisa a cada um dos casos. As margens de erro subsistentes têm a ver com inexistência de informação na própria base, sobretudo no que se refere à afiliação dos autores. Neste sentido, as falhas decorrem, quer da não detecção de autores com afiliação portuguesa quando o registo não possui qualquer referência a Portugal, quer ainda da inclusão de autores com nome português (e com referência à palavra Portugal nos seus registos) mas com vínculo a instituições estrangeiras, e que, como tal, não deviam ser considerados. Procurámos resolver estas falhas caso a caso, mas admitimos que alguns erros possam ainda subsistir. Pela mesma razão de inexistência de informação em algumas bases subsistem lacunas no nosso trabalho no que se refere ao campo de afiliação dos autores: na revista onde foi publicado o artigo, consta por vezes informação relativa à afiliação, que não é recuperado para a base de dados que constituiu a nossa fonte. Optámos por apresentar aqui a informação tal como esta consta na base.

O **quadro 3** permite comparar as diferenças entre o número de artigos que constam dos registos do ISI e o número total que resulta do acréscimo de artigos registados noutras bases internacionais. A fim de se proporcionar uma melhor compreensão do impacto diferenciado das revistas portuguesas, apresentamos na Listagem 2 a lista das que são referenciadas em bases internacionais, sendo notória a ausência de qualquer revista portuguesa abrangida pelo SSCI.

A classificação de domínios adoptada neste **quadro 3** resulta de uma adaptação especialmente concebida para este inventário, conforme mais adiante (parte 4) se explicará. Para efeitos do apuramento total que consta do quadro, cada artigo foi considerado tantas vezes quanto os domínios científicos em que foi classificado (método de contagem

global). A informação apresentada neste quadro complementa-se de uma forma directa com a apresentada no quadro 4, onde o total corresponde ao número efectivo de artigos em causa.

### Quadro 3 - Número de artigos\* referenciados internacionalmente em 1989-2001, por domínio

Domínios	Artigos SSCI/AHCI	Artigos SSCI/AHCI/Outras bases de dados internacionais
Antropologia	17	86
Arquitectura e Urbanismo	12	66
Ciências da Comunicação	9	31
Ciências da Educação	60	262
Ciências Documentais	22	151
Ciências Jurídicas	5	32
Ciências Políticas	30	157
Demografia	4	31
Economia	220	530
Ergonomia e Motricidade Humana	12	21
Estudos Literários	81	346
Filosofia	13	43
Geografia	37	83
Gestão	115	154
História e Arqueologia	100	647
Linguística	38	144
Musicologia	7	20
Psicologia	189	882
Sociologia	54	471
Teologia e Religião	1	24
TOTAL	1026	4181

\* resultante do apuramento pelo método de contagem global

Outro dado muito significativo, visível no **quadro 4**, é o aumento progressivo e sustentado, ao longo do período em análise, do número de artigos nacionais referenciados internacionalmente, quer considerando apenas os registos do ISI, quer a totalidade das bases pesquisadas. Tomando como referência os artigos classificados pelo ISI (SSCI e AHCI), o ano de 1993 parece ter sido um marco importante no processo de internacionalização da produção

científica portuguesa. O decréscimo aparente verificado no ano de 2001 resulta, não de uma real diminuição do número de referências, mas do facto de o registo de artigos nas diferentes bases sofrer um atraso considerável, que pode ir até aos três anos, em relação à data de publicação da revista. Uma interpretação rigorosa do número de referências existentes só pode ser feita após este lapso de tempo.

A pesquisa dos registos aqui reunidos permitirá desenvolver análises mais pormenorizadas sobre a evolução registada em cada um dos domínios das CSH. Dada a especificidade dos problemas que a interpretação destes resultados sugere para cada um dos casos, deliberadamente evitámos proceder a diagnósticos ou tecer comentários individualizados sobre o desempenho alcançado em cada domínio científico.

**Quadro 4 - Número de artigos referenciados internacionalmente em 1989-2001, por ano**

Anos	Artigos SSCI/AHCI	%	Artigos SSCI/AHCI/ Outras bases dados intern.	%
1989	44	4,4	209	6,6
1990	42	4,2	181	5,8
1991	44	4,4	195	6,2
1992	45	4,5	241	7,6
1993	67	6,6	215	6,8
1994	80	7,9	340	10,8
1995	89	8,8	256	8,1
1996	111	11,0	304	9,6
1997	67	6,6	265	8,4
1998	107	10,5	221	7,0
1999	109	10,8	259	8,2
2000	103	10,2	283	9,0
2001	108	10,1	186	5,9
TOTAL	1010	100,0	3155	100,0

\* Corresponde quer a artigos publicados em revistas estrangeiras, quer em revistas nacionais, desde que referenciadas em bases de dados internacionais



### 3. Produção publicada em revistas nacionais

O segundo núcleo de informação revelou-se não só substancialmente mais volumoso, mas sobretudo de maior complexidade de tratamento. Dada a inexistência de registos sistematizados de artigos publicados em revistas nacionais, foi necessário produzir informação de raiz, a partir da consulta directa das revistas. Os passos dados neste processo de inventário foram basicamente os seguintes:

- a) consulta na Biblioteca Nacional (BN) e nas principais bibliotecas universitárias em CSH dos títulos de revistas disponíveis nos anos 1989-1998;
- b) elaboração de uma primeira listagem de revistas por disciplina, ou sem área disciplinar específica, incluindo-se por excesso todos os casos de dúvida de inclusão. Tal listagem obedeceu a critérios muito "abertos", sem se atender nesta fase aos pressupostos habitualmente considerados como garantia da credibilidade e maturidade científicas de uma revista: existência de conselhos editoriais e consultores externos e publicação com periodicidade regular ao longo de um determinado número de anos (5 anos, de acordo com critérios de maior exigência);
- c) envio dessa primeira listagem a consultores especialistas de cada área das CSH, com o pedido de, por um lado, confirmarem a relevância científica dos artigos habitualmente publicados pelas revistas consideradas e de, por outro lado, indicarem títulos de revistas em falta;
- d) com base nos pareceres recebidos - quase sempre no sentido da inclusão de títulos adicionais - foi elaborada uma listagem final de revistas portuguesas que constitui o universo de pesquisa da produção científica nacional ([listagem 1](#)).
- e) Actualização: consulta na Biblioteca Nacional (BN) e nas principais bibliotecas universitárias em CSH dos títulos de revistas disponíveis nos anos 1999-2001.

O **quadro 5** dá-nos a distribuição das revistas utilizadas em cada domínio científico e permite constatar a importância relativa de cada um deles.

A selecção das 258 revistas que constituem objecto de inventário sistemático não foi um processo isento de dúvidas e controvérsia. E não será certamente isento de contestação, pelo que convirá esclarecer com clareza os procedimentos adoptados.

## Quadro 5 - Distribuição das revistas portuguesas por domínio das CSH

Domínios	Número de revistas	%
Antropologia	6	2,3
Arquitectura e Urbanismo	2	0,8
Ciências da Comunicação	4	1,5
Ciências da Educação	17	6,6
Ciências Documentais	5	1,9
Ciências Jurídicas	35	13,6
Ciências Políticas	7	2,7
Demografia	2	0,8
Economia	10	3,9
Ergonomia e Motricidade Humana	6	2,3
Estudos Literários	18	7,0
Filosofia	14	5,4
Geografia	8	3,1
Gestão	10	3,9
História e Arqueologia	41	15,9
Linguística	3	1,2
Musicologia	1	0,4
Psicologia	15	5,8
Sociologia	7	2,7
Teologia e Religião	5	1,9
CSH (geral)	42	16,3
TOTAL	258	100,0

Um dos pressupostos assumidos na realização deste trabalho foi o de que não se pretendia efectuar apenas uma contagem de artigos ou textos individualmente publicados. Foi também nosso entendimento que algum sinal e algum estímulo deviam ser dados à comunidade científica das CSH, a fim de se aumentar a credibilidade das publicações periódicas portuguesas e a sua difusão junto dos diversos públicos-alvo. Ou seja, tratava-se de corresponder a um objectivo de distinguir as revistas, quer pela sua natureza e relevância científica, quer pelo cumprimento de padrões de exigência e rigor a que a comunidade científica internacional está sujeita.

Tendo em atenção estas orientações, estabeleceu-se a seguinte distinção entre dois tipos fundamentais de revistas:

a) **Revistas Tipo I**, englobando revistas que satisfazem pelo menos duas das seguintes condições: i) publicadas por (ou com vínculo directo a) instituições universitárias; ii) que possuam alguma forma de avaliação da qualidade dos artigos publicados através de conselhos editoriais ou grupos de consultores expressamente identificados; iii) com periodicidade regular durante pelo menos 2 anos de publicação; e iv) que publiquem artigos de natureza científica, como tal reconhecidos pela comunidade académica da respectiva área e a ela destinados. Após uma primeira fase do trabalho em que se procuraram separar dois subtipos, de modo a contemplar num deles critérios mais rígidos que norteiam a selecção das revistas para inclusão nas bases de dados internacionais, concluiu-se, de acordo também com a opinião dos consultores ouvidos, que a realidade nacional não permitia essa clara separação na maior parte dos domínios, pelo que seria melhor que os dois subtipos se mantivessem agregados. Com efeito, é indispensável ter presente que uma parte substancial das revistas nacionais não possui conselhos editoriais ou conselhos consultivos que sistematicamente procedam à avaliação da qualidade e relevância dos artigos; ou então possuem tais conselhos apenas formalmente, sem que eles funcionem na prática. É também útil ter presente que grande parte das revistas continua a alimentar as suas páginas com artigos solicitados por encomenda directa, aos quais não faz sentido aplicar a regra da avaliação anónima pelos pares. Igualmente assinalável é a irregularidade extrema nos ritmos de publicação (sendo vulgar a preparação de números duplos e triplos, longos interregnos na publicação e diferenças substanciais entre o ano de capa e o ano efectivo de edição). O cumprimento escrupuloso de critérios de selecção levaria, certamente, a uma redução demasiado drástica do universo em análise. Todavia, parece-nos aconselhável que a distinção de dois subtipos venha a ser retomada no futuro, procurando-se desse modo estimular formas de funcionamento interno das revistas que venham a possibilitar o seu próprio processo de internacionalização.

b) **Revistas Tipo II**, abrangendo revistas que, independentemente da qualidade e da natureza científica de alguns artigos, estão directamente dependentes de organismos da administração pública central, regional ou local, ou estão vinculadas a instituições ou grupos profissionais circunscritos. Ou seja, revistas que visam essencialmente objectivos de divulgação junto de públicos não-académicos (grupos profissionais e público em geral), que foram excluídas do inventário geral, mas que deverão ser consideradas como revistas que também publicam materiais de interesse científico.

Uma vez definido o universo das revistas a pesquisar, outros problemas se nos colocaram em relação aos materiais a inventariar, nomeadamente no que se refere à inclusão ou exclusão das diversas secções em que as revistas se organizam.

O critério básico utilizado consistiu na inclusão de artigos e estudos (sejam eles novas contribuições ou sùmulas do estado actual do conhecimento) e na exclusão de editoriais e apresentações, resenhas críticas, comentários a livros, bibliografias, notícias ou notas de actualidade, entrevistas, depoimentos ou artigos de opinião, resumos de teses ou abstracts. Quando as revistas publicam números especiais dedicados a actas de congressos ou a sessões de homenagem, a opção foi sempre a de excluir textos de apresentação formal, discursos de abertura, elogios e depoimentos de circunstância. No caso especial das revistas na área do direito excluíram-se pareceres, acórdãos e jurisprudência pura ou anotada. Ainda como regra geral, procurou seguir-se um critério objectivo, com base na própria estruturação das secções de cada revista - ou seja, naquilo que a própria direcção ou conselho editorial da revista identifica como secções de artigos ou estudos - e nunca a partir de uma avaliação individualizada acerca da natureza científica dos materiais que a integram.

#### 4. Organização e modo de apresentação do inventário

O presente inventário refere-se aos anos de 1989 a 2001. Conforme decorre da análise dos quadros anteriores, os domínios das CSH abrangidos são os seguintes:

- Antropologia
- Arquitectura e Urbanismo
- Ciências da Comunicação
- Ciências da Educação
- Ciências Documentais
- Ciências Jurídicas
- Ciências Políticas
- Demografia
- Economia
- Ergonomia e Motricidade Humana
- Estudos Literários
- Filosofia
- Geografia
- Gestão
- História e Arqueologia
- Linguística
- Musicologia
- Psicologia
- Sociologia
- Teologia e Religião

Para a construção deste sistema de classificação tivemos em atenção a necessidade de conciliar a matriz utilizada pelo ISI com o sistema utilizado em Portugal pelos organismos do MCT. Tal preocupação obrigou a alguns ajustamentos na classificação portuguesa, a fim de possibilitar maior rigor na realização de abordagens comparativas. As pequenas alterações feitas à grelha original do ISI, não a modificando na sua essência, dão-lhe uma maior operacionalidade, se tivermos em conta que os domínios tradicionalmente considerados nas CSH não são absolutamente coincidentes quando comparamos a realidade nacional com o mundo anglo-saxónico onde prevalece uma separação entre ciências sociais e humanidades.

Importa também explicitar algumas opções de classificação, face à necessidade de estabelecer um número limitado de domínios temáticos, por terem sido questionadas pelos consultores especialistas de cada área das CSH, no momento da atribuição de um domínio principal. Optámos pela inclusão na antropologia e etnografia de artigos sobre etnografia física; nas ciências da educação considerámos os artigos relativos a todas as didácticas específicas; na filosofia incluímos os artigos sobre estética e ética.

Todos os registos foram classificados de acordo com a grelha acima indicada, com a atribuição de pertença até ao máximo de 4 domínios.

Refira-se ainda que a classificação atribuída a cada artigo não decorreu de uma prévia atribuição de domínio à revista em que foi publicado, uma vez que na área das CSH são muito frequentes os casos de publicação de artigos que versam temas classificáveis em domínios distintos daquele que supostamente corresponde à revista em apreciação.

**Quadro 6 - Distribuição por domínio dos artigos publicados em revistas nacionais em 1989-2001\***

<b>Domínios</b>	<b>Artigos em revistas nacionais</b>	<b>%</b>
Antropologia	690	2,6
Arquitectura e Urbanismo	443	1,6
Ciências da Comunicação	417	1,5
Ciências da Educação	2402	8,8
Ciências Documentais	280	1,0
Ciências Jurídicas	2803	10,3
Ciências Políticas	1185	4,4
Demografia	201	0,8
Economia	1369	5,0
Ergonomia e Motricidade Humana	362	1,3
Estudos Literários	2739	10,1
Filosofia	1428	5,2
Geografia	848	3,1
Gestão	869	3,2
História e Arqueologia	5157	18,9
Linguística	1075	4,0
Musicologia	101	0,4
Psicologia	2207	8,1
Sociologia	1627	6,0
Teologia e Religião	1012	3,7

\* Método de contagem global

O **quadro 7** permite analisar a evolução, ao longo do decénio considerado, do número de artigos de CSH publicados em revistas nacionais, devendo ter-se em conta que para o ano de 2001 o número é ainda provisório. Apenas foram inventariadas as revistas que foi possível recolher até 30 de Setembro de 2002, e, face ao panorama nacional de frequente atraso do ano de capa relativamente à data efectiva de edição da revista, este número pecará certamente por defeito.

#### **Quadro 7 - Distribuição por ano dos artigos publicados em revistas nacionais**

---

<b>Anos</b>	<b>Número de artigos</b>	<b>%</b>
1989	1298	5,8
1990	1346	6,0
1991	1388	6,2
1992	1579	7,0
1993	1685	7,5
1994	1701	7,6
1995	1965	8,8
1996	1939	8,7
1997	1804	8,1
1998	2138	9,6
1999	2229	10,0
2000	1952	8,7
2001	1342	6,0
Total	22366	100,0

#### **5. Esclarecimento**

Toda a informação está organizada de forma a possibilitar a sua pesquisa simples ou cruzada nos seguintes campos: autor, título do artigo, revista, domínio científico, ano de publicação, instituição de afiliação e referência em bases de dados (são indicadas as bases de dados onde cada artigo é incluído).

Esperamos poder contar com comentários e sugestões de aperfeiçoamento ou revisão dos critérios seguidos para elaboração deste inventário, tendo em vista a sua actualização futura.

*Dezembro 2002*